

**O REGIME CIVIL- MILITAR NO BRASIL (1964-1985): LEGITIMAÇÕES,  
CONSENSO E COLABORAÇÕES.**

**JUCELIO REGIS DA COSTA<sup>1</sup>**

**UECE/FECLI**

**REGIS.COSTA@UECE.BR**

**Resumo:** O trabalho tem o objetivo de compreender o processo de construção das ações políticas, cuja atribuição de sentidos era de colaboração, legitimação e consenso, por parte de determinadas parcelas da sociedade, instituições ou grupos, durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1985) em torno dos principais acontecimentos nacionais como por exemplos: atos institucionais, aniversários do golpe de 1964 e as sucessões de governos militares. Os acontecimentos nacionais que conduziram para uma modelagem do viver em um regime de exceção tiveram seus desdobramentos na imprensa, nas instituições e organizações sociais, fazendo com que um conjunto diverso, de personalidades políticas, religiosas, militares, educacionais, etc., promovesse ações de adesão, colaboração e legitimação na construção desse regime no país. O recorte teórico é composto pelos seguintes autores: Denise Rollenber (2010 - 2017), Samantha Viz Quadrat (2010), Daniel Aarão Reis (2000, 2004, 2014), Rodrigo Patto Sá Motta (2004), Janaína Martins Cordeiro (2009, 2015), Marcos Napolitano (2014, 2017), entre outros autores.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar Brasileira, Regime Militar e Autoritarismo.

## **1. Introdução**

A respeito das relações entre sociedade e ditaduras, Rollemberg e Quadrat (2010) apresentam três aspectos significativos para a reflexão sobre o elo estabelecido entre as duas partes: em primeiro lugar, “a construção de uma memória segundo a qual o autoritarismo só foi possível em função de instituições e práticas coercitivas e

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Professor do Setor de Metodologias de Ensino de História e Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; Email: regis.costa@uece.br.

manipuladoras”<sup>2</sup>; segundo, a perspectiva dos historiadores interessados no tema tem se limitado na compreensão do poder das forças coercitivas, para a atuação do Estado, sobretudo, analisando o processo de resistência perante o regime militar brasileiro. Por outro lado, as autoras levantam críticas a esses historiadores, pelas limitações e dificuldades, no sentido de compreender “as ditaduras como produto social”<sup>3</sup>. Em outras palavras, para que o regime ditatorial brasileiro pudesse perpetuar durante 21 anos na condução do país, parte da sociedade exerceu ações colaborativas, legitimadoras, compartilhando dos mesmos valores e desempenhando ações políticas em consenso aos ideais defendidos pelo regime que esteve em vigor no período (1964-1985).

Alguns autores passaram a estudar o tema da Ditadura Civil-Militar no Brasil, através deste viés, essas relações complexas, entre os quais se destacaram Daniel Aarão Reis (2015), Janaina Martins Cordeiro (2009, 2015), Solange de Deus Simões, Samantha Viz Quadrati (2010), Lucileide Cardoso (2012), Aline Presot (2010), Marcos Napolitano (2014), Denise Rollemberg (2010) e etc. Esses pesquisadores além de proporcionar contribuições inovadoras referentes ao tema possibilitou o alargamento da pesquisa histórica com a tomada de novos objetos e fontes.

No que diz respeito ao conceito de Ditadura Rollemberg e Quadrati (2010) trazem contribuições através da sua historicidade, atentando-se para as reconstruções que as diferentes sociedades atribuíram a ele, sobretudo, aos desafios que se encontra em torno da definição conceitual. Conforme as autoras, o termo ditadura surgiu no período da República romana, cujo sentido estava atribuído à implantação de uma instituição em torno de uma situação emergencial, contido na Constituição, com poderes legitimados e limitados temporalmente. O termo ditadura nas sociedades ocidentais da atualidade tornou-se “sinônimo de tirania em oposição direta à democracia”<sup>4</sup>. Porém as autoras alertam-nos sobre as dificuldades que os pesquisadores da atualidade enfrentam

---

<sup>2</sup> ROLLEMBERG, Denise e QUADRATI, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. (Brasil e América Latina)**. Vol. 03, Civilização Brasileira, 2010, p. 11.

<sup>3</sup> Idem, p. 11.

<sup>4</sup> ROLLEMBERG, Denise e QUADRATI, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. (Brasil e América Latina)**. Vol. 03, Civilização Brasileira, 2010, p. 18.

ao estudarem os tipos de governos realizados ao longo do século XX, tendo como principal problema “a ausência de uma *boa definição* de ditadura”.

Para Carl Smitt (1921) atribui-se como ditadura toda experiência de exceção de uma situação, de democracia, de direitos de liberdade, da separação dos poderes; Franz Neumann (1969) “governo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que se arrogam o poder e o monopolizam, exercendo-o sem restrições”.<sup>5</sup> Carl Friedrich e Giovane Sartori também entraram no debate em torno da definição de ditadura, embora os seus trabalhos investigativos girasse em torno da explicação do que não é democracia. Eles e outros mais faziam defesa do terno autocracia no lugar do conceito de ditadura para se opuser à democracia, porém esta perspectiva não encontrou êxito.

Entre os anos de 1960 a 1990, surge uma extensa lista de pesquisadores empenhados no tema como Moshe Lewin (1988), o qual fazia críticas sobre uso do conceito totalitarismo para explicar a experiência da URSS distanciando os impactos desse modo de governo e da relação com a sociedade; Do mesmo modo ocorreu por Pierre Ayçoberry (1979) ao criticar o uso desse conceito para pensar a realidade nazista; Com Linz (1996) e Alfred Stepan alargaram-se as perspectivas sobre as experiências do século XX, avançando em relação às tipologias conhecidas como democracia e totalitarismo, para a ideia de autoritarismo. A revisão desses sentidos em torno de ditaduras e autoritarismo tem possibilitado ir mais fundo nas análises sobre a relação desses modelos de governos com a sociedade em que estavam inseridos, pensando no processo de construção de consensos e consentimentos. Nesse sentido avança-se no tocante a compreensão da sociedade como vítima de regimes de exceção, para o entendimento de que são gestados no interior das sociedades. Dessa forma, como

---

<sup>5</sup> Embora a crítica de Neumann estivesse relacionada à ausência de uma explicação generalizada sobre as experiências políticas do século XX, o mesmo possibilitou a pensar na classificação dos tipos de ditaduras: *simples* – quando o governo centraliza e controla os instrumentos de domínio; *cesarista* - para sua implantação necessita do clamor e apoio popular, tendo o governo uma representação personificada em torno de um líder e *totalitária* – resgata traços *cesarista*, “por meio da forte presença de uma líder e das massas populares”. ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. (Brasil e América Latina)**. Vol. 03, Civilização Brasileira, 2010, p. 18.

afirmam Rollemberg e Quadrati (2010) “as ditaduras não lhes são estranhas”<sup>6</sup>. Fazer análise da construção social da ditadura, especialmente a brasileira, torna-se um exercício conflituoso da sociedade em se ver no espelho, a partir de seus comportamentos, valores e sentidos que são atribuídos na construção de mundo.

No caso do Brasil, as análises interpretativas a respeito das experiências construídas em torno dos governos militares em relação à participação de ampla parcela da sociedade brasileira vêm ganhando fôlego e também renovação desde os anos de 2000. As pesquisas atuais além de possibilitar a visibilidade dos comportamentos dos grupos e sujeitos civis, políticos, religiosos, empresariais, imprensa, tanto no apoio como em ações colaborativas a ordem política vigente, tem sido também de enorme preocupação dos pesquisadores uma mudança dos termos usados para explicação dessa experiência vivenciada pelos brasileiros no período entre 1964 a 1985. Podemos mencionar como exemplo o termo “ditadura militar”, o mesmo vem sendo recentemente questionado, inclusive por autores que o ajudara a se consolidar na historiografia brasileira como Daniel Aarão Reis e Carlos Fico. Ambos em pesquisas e eventos posteriores saíram de defesa de uma reformulação do termo, passando a ser incluído o termo civil, ou seja, “Ditadura civil-militar”.

Em 2010, no programa de pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, da FGV, Daniel Aarão realizou uma autocrítica a respeito da utilização “errônea” de *ditadura militar*<sup>7</sup> em seu trabalhos pretéritos. O mesmo ocorre em 2012 através de uma publicação no jornal *O Globo* e da republicação na *Revista de História da Biblioteca Nacional* quando dizia que:

Tornou-se um lugar comum chamar o regime político existente entre 1964 e 1979 (sic) de ‘ditadura militar’. Trata-se de um exercício de memória, que se mantém graças a diferentes interesses, a hábitos adquiridos e à preguiça intelectual. O problema é que esta memória não contribui para a compreensão da história recente do país e da ditadura em particular<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> ROLLEMBERG, Denise e QUADRATI, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. (Brasil e América Latina)**. Vol. 03, Civilização Brasileira, 2010, p. 28.

<sup>7</sup> MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Revista Espaço Plural, nº 27, 2012, pp. 39-53, p. 40.

<sup>8</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura Civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, caderno Prosa e Verso, 31 de março de 2012.

De fato, o termo “ditadura militar” carece de uma renovação profunda no que diz respeito à inclusão de ampla parcela da sociedade na construção do governo conduzido pelos militares brasileiros, observando os níveis de participação dos civis nas suas diversas formas de ação como apoio, propaganda, projetos, manifestações, campanhas, entre outros. A permanência desse termo na historiografia brasileira sobre o período continuará enfatizando que os militares foram os únicos protagonistas responsáveis pela interrupção democrática em 1964 e pela implantação de um estado de exceção entre 1964 e 1985, silenciando-se sobre as ações políticas de civis na construção dos diversos governos militares, as quais se estendiam da esfera federal, passando pelos estados e municípios.

## **2. A Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985)**

As articulações políticas de civis, da imprensa e de instituições públicas, ocorreram durante a ditadura civil-militar, porém numa perspectiva conjuntural em que as ações participativas, colaboradoras e legitimadoras, tiveram como embrião as mobilizações político-ideológico e conservador durante o período pré-golpe de 1964. No período que antecede o golpe, o envolvimento de parcela da sociedade, juntamente com os institutos IPES e IBAD, militares e a alta cúpula da Igreja Católica, numa união de forças, promoveram a desarticulação e a deposição da presidência de João Goulart a partir da difusão de pregação anticomunista<sup>9</sup>. No pós-golpe, as ações pretendia a consolidação da intervenção militar e na implantação de um modelo de governo pautado no autoritarismo, na perseguição a todos aqueles tiveram algum vínculo com o governo anterior e ou demonstrasse ter concordância com alguma das ideias que lembrasse o nacionalismo e a Goulart ou aspecto ideológico, seja comunismo ou socialismo.

Quando os militares assumem o poder político do país, em abril de 1964, reconhecidos e saudados por civis e entidades através das famosas Marchas da Família

---

<sup>9</sup> Para melhor compreensão da participação da sociedade civil em torno dos acontecimentos que culminaram com a concretização do golpe de 1964, ver René Dreifuss (1987). Dreifuss é considerado o pioneiro na apresentação dessa perspectiva no período pré-golpe.

com Deus pela Liberdade, as quais com a renúncia de João Goulart transformaram-se em Marchas da Vitória, vieram ainda no desenrolar dos acontecimentos as atribuições de sentidos na construção de um novo governo e sociedade, pautada na ideia de “Revolução ou movimento revolucionário”. A atribuição que militares e civis deram ao acontecimento de 31 março de 1964, transformou-se em discurso ideológico modelando ações, pensamentos e decisões entre o período de 1964 a 1985. Conforme Alessandra Carvalho e Ludmila da Silva Catela (2002):

La Revolución de 1964, categoría inventada y defendida por los militares, se consolidó como la expresión que denomina la interrupción de la vida democrática o, más específicamente, la expulsión del poder del presidente João Goulart. Da misma forma que el 31 de marzo fue institucionalizado como el día del cambio, a palabra revolución es aquella que perduró en el tiempo<sup>10</sup>.

O acontecimento de 31 de março de 1964 ganhou um sentido de “revolução” por parte dos militares, tendo apoio também de ampla parcela da sociedade e imprensa nesse processo de constituição, para justificar as ações políticas desempenhadas em prol da ruptura democrática e constitucional, sobretudo, para algumas autoridades, sejam elas, políticas, religiosas ou militares, como um processo de sobrevivência e permanência em torno do regime recém-instituído. Por outro lado, naquele momento, a expressão “revolução” serviu como “instrumento que asegura o pretende expresar identidad y cohesión social, para estructurar relaciones sociais”<sup>11</sup>. Para a concretização do efeito em torno da ideia de “revolución como um día de libertad y progreso”<sup>12</sup> os grupos responsáveis pelo golpe de 1964 e pela construção do novo regime político, recorreram à imprensa, sendo esta também interessada no processo em curso.

Além dos aspectos que direcionam para a relação e envolvimento da sociedade com a ditadura brasileira, outra preocupação norteia com profundidade esta pesquisa que é o modo como o regime civil-militar foi projeto por seus grupos

---

<sup>10</sup> CARVALHO, Alessandra e CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 em Brasil: memórias deshilachadas. In: JELIN, Elizabeth (Comp.). **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”**. Siglo Veintiuno de Argentina Editores, Buenos Aires, 2002, p. 196.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 197.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 199.

defensores e as constantes modificações das ações para a concretização deste projeto. Consideramos este último elemento importante na compreensão a respeito da ditadura brasileira, o qual é apontado por José Paulo Neto (2014), quando afirma que “A ditadura, porém, não nasceu acabada: ela se modificou ao longo de vinte anos e a sua dinâmica não obedeceu apenas à vontade das forças sociais que a instauraram e mantiveram”<sup>13</sup>. Isto significa dizer que no decorrer dos quase 21 anos, a ditadura brasileira teve diferentes fases, demonstrando dinamicidade nas relações sociais, políticas e militares, sobretudo, no tocante a dinâmica das lutas internas à Forças Armadas.

### 3. Os governos militares

Os governos de Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) foram responsáveis por realizar o gerenciamento do Estado, os quais constituíram o regime militar no período de 1964 a 1985. Tais governos foram sucessivos, porém não correspondendo à uma unicidade ideológica, menos ainda em torno das ações política e projeto de sociedade. Cada governo desempenhou um papel específico no processo de implantação de políticas para a consolidação do “Estado autoritário-burocrático”<sup>14</sup>. João Roberto Martins Filho afirma (2004) que o período correspondente (1964-1969) teve como principal característica, a fase de consolidação da ditadura brasileira. Este período, segundo o autor, foi intermediado entre a posse de Castelo Branco em abril de 1964 e a posse de Emílio Médici, em 1969. Na perspectiva de João Filho, dois aspectos necessários na revisão do tema da ditadura brasileira precisam ser debatidos: o primeiro corresponde à crise interna no meio militar e o segundo, trata-se das “correntes militares e a seu papel nas crises ditatoriais”<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> NETO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira** (1964-1985). Editora Cortez, 2014, p. 84.

<sup>14</sup> FILHO, João Roberto Martins. A ditadura revisitada: unidade ou desunião?. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. In: **O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)**. Edusc, São Paulo, 2004, p. 126.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.128.

No tocante às crises existentes entre os militares, João Filho (2004) enfatiza que essa realidade enfrentada pelo sistema político em questão, no lugar de apresentar sinais de fragilidade por parte dos atores responsáveis pela condução do país nesse período, teve como aspecto central, “a lógica da dinâmica interna da ditadura em dois processos permanentes de crise, visíveis do começo ao fim do regime militar”<sup>16</sup>: o poder era disputado pela alta hierarquia durante os processos sucessórios dos presidentes e as tensões entre “a oficialidade militante e o governo militar”<sup>17</sup>. Atrelado à isso, temos também, segundo o autor, o papel de boa parte da literatura sobre o regime civil-militar, cujas interpretações legitimaram a dualidade na forma de governar o país: Castelo Branco como moderado e Costa Silva, linha dura. Neste sentido, João Filho interpreta que “essa visão consolidou-se apenas, como visão retrospectiva, no contexto da volta dos castelistas ao poder em 1973-1974 – no clima das expectativas despertadas pela possibilidade de distensão do regime, após o sombrio período do governo Médici”<sup>18</sup>. Por outro lado, João Filho interpreta que uma análise cuidadosa sobre os acontecimentos desse período podem apontar aspectos que são inadequados para uma imagem dos castelistas como sendo moderados. Ele argumenta que no final do governo Castelo Branco houve um conjunto de projetos aprovados, os quais demonstram uma “ofensiva legisferante” como: Carta de 1967, Lei de Imprensa e Lei de Segurança Nacional.

Sobre as correntes militares, conforme João Martins Filho (2004), elas foram responsáveis pela dinâmica na lógica da disputa do poder político. Segundo o mesmo autor, “pelo menos quatro grupos militares agiram no cenário político”, especialmente no período entre 1964 a 1969. Destacaram-se entre as correntes, os castelistas, Costa e Silva, nacionalistas e Albuquerque Lima.

A ditadura civil-militar brasileira, a partir de 1969, ganha novos contornos, tendo Médici (1969-1974) como o terceiro presidente militar. Nesta nova fase do

---

<sup>16</sup> Ibidem, p. 126.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>18</sup> FILHO, João Roberto Martins. A ditadura revisitada: unidade ou desunião?. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. In: **O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)**. Edusc, São Paulo, 2004, p. 128.

regime, o Brasil vivenciou dois movimentos significativos: o desenvolvimento econômico e a transformação da violência como política de Estado na eliminação dos movimentos da luta armada ou de resistência contra a ditadura. Ao analisar a memória social sobre o governo Médici, Janaina Martins Cordeiro (2009) afirma que naquele período (1969-1974) “eram tempos de comemorações”, sobretudo devido aos diversos acontecimentos ocorridos como o tricampeonato mundial de futebol em 1970; comemoração do cinema nacional que completava 75 anos, em 1971 e o Sesquicentenário da Independência do país no ano de 1972. Na perspectiva de Janaina Cordeiro, a sociedade, “não ficava alheia a esse clima “alucinante” de festejos, celebrações, desenvolvimento econômico e progresso”<sup>19</sup>. Ainda de acordo com a historiadora, esses momentos de comemoração representam as diversas formas de participação encontrada pela sociedade, as quais desempenharam um modo de legitimação do governo em vigência. Destes momentos, tiveram a participação de entidades civis, religiosas, manifestações individuais e da imprensa.

Por outro lado, segundo a análise de Janaina Cordeiro, o governo Médici teve como característica também, uma “sequência das ações repressivas desencadeadas pela captura do embaixador americano”<sup>20</sup>, como por exemplos: a queda dos militantes da ALN, MR-8, Carlos Marighella, guerrilha no Araguaia, etc. O governo Médici reuniu esses dois momentos, cujos sentidos ou significados foram específicos para os sujeitos envolvidos nesse processo. Conforme enfatiza a autora, no momento em que governo e parte da sociedade, organizavam os preparativos para a peregrinação dos restos mortais de D. Pedro I, assistir os jogos de futebol, ocorria uma ampla mobilização de perseguição aos opositores do regime civil-militar, sobretudo, aos guerrilheiros. Com base nisso, a ditadura se trajou, como atribui a autora, como sendo *anos de chumbo e anos de ouro*. Porém, ela nos alerta para a seguinte questão, “há um enorme espaço entre quem os viveu como *anos de ouro* e quem os viveu como *os anos de chumbo*,

---

<sup>19</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº43, janeiro-junho, p.87, 2009.

<sup>20</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº43, janeiro-junho, p.87, 2009, p. 90.

configurando, entre um polo e outro, uma diversidade enorme de comportamentos sociais”<sup>21</sup>.

No tocante ao governo Geisel, boa parte da literatura acadêmica apresenta como sendo um período das contradições em torno do suposto milagre econômico. Daniel Aarão (2000) ao analisar a ditadura civil-militar pela condução de Geisel, ele reuniu os principais elementos que conduziram o regime para a sua situação de crise, a partir do plano econômico e político. No plano econômico, com fortes implicações externas ocorreu, a mudança de comportamento dos EUA sobre o pacto Bretton Woods, alterando o sistema monetário internacional, e em seguida veio, a crise do petróleo através da elevação dos preços dos barris, pois naquele o Brasil ainda era dependente das importações petrolíferas. No plano político, o governo Geisel introduz o processo complexo de abertura política, definida como: *lenta, segura e gradual*. Para a concretização dessa proposta Geisel teve que levar em consideração os diversos atores mobilizados e interessados nesse projeto político: a “chamada *classe política*, com os moderados de todos os bordos e com a ampla maioria da sociedade (sobretudo dos grandes centros urbanos), hostil à ditadura, mas também adversária de políticas radicais de enfretamento”<sup>22</sup>.

O governo João Batista Figueiredo Filho (1979-1985) foi o mais longo em relação aos presidentes militares anteriores. Além de dá continuidade ao processo de abertura política de seu antecessor, Figueiredo teve o início e o fim de seu governo, marcado por diversas e amplas manifestações públicas, em favor da Anistia, pró-redemocratização, cidadania, direitos humanos, etc. De acordo com Ana Rita Fonteles Duarte (2012), o Movimento Feminino Pela Anistia, surgido em 1975, mobilizado por mulheres paulistas teve grande importância na luta contra o regime autoritário implantado a partir de 1964, sobretudo na conquista da anistia. No que diz respeito à Anistia, Carla Simone Rodeghero analisa historicamente esse processo a partir de dois momentos específico na história da república brasileira de modo comparativo: a anistia

---

<sup>21</sup> Ibidem, p.91.

<sup>22</sup> REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Jorge Zahar, São Paulo, 2000, p. 65.

de 1945 e a de 1979. Em síntese, Rodeghero enfatiza que “entre 1945 e 1979, levou à consolidação da noção de crimes contra a humanidade e à adoção, pela esquerda, de um discurso de defesa dos direitos humanos”<sup>23</sup>, o qual não havia peso no debate político em torno da anistia defendida em 1945. Na perspectiva de Daniel Aarão (2004, p. 46) durante as lutas pela anistia duas vertentes haviam se destacados: primeira, defendia a anistia ampla, geral e irrestrita e conseqüente, a apuração dos crimes da ditadura. A segunda estava mobilizada na defesa da reconciliação, na tentativa de impor a política do esquecimento sobre esse período. Esta última se impôs concretamente.

#### 4. Considerações finais

A ditadura civil-militar brasileira durou quase 21 anos. Foram tempos de exceções, de prisões, perseguições, torturas, mortes e sumiços. Este período esteve também marcado por várias manifestações, comemorações e celebrações aos governos militares. Olhar e compreender esse passado significa ir além de uma visão dualística, em que a sociedade é vitimada e os militares os únicos responsáveis pela implantação e prolongamento desse regime. Compreende-se, que a ditadura foi fruto das mobilizações de vários segmentos sociais, cujas relações se deram de diferentes modos, seja direta ou indiretamente.

#### 5. Referências Bibliográficas:

CARVALHO, Alessandra e CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 em Brasil: memórias deshilachadas. In: JELIN, Elizabeth (Comp.). **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”**. Siglo Veintiuno de Argentina Editores, Buenos Aires, 2002, p. 196.

---

<sup>23</sup> RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº43, janeiro-junho, 2009.

\_\_\_\_\_. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. FGV, Rio de Janeiro, 2015.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis – RJ, Vozes, 1987.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória: o movimento feminino pela anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: UNESP, UFC, 2012.

FILHO, João Roberto Martins. A ditadura revisitada: unidade ou desunião?. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. In: **O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)**. Edusc, São Paulo, 2004.

GRINBERG, Lucia. Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (*Arena*), 1965-1979. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

JELIN, Elizabeth (Comp.). **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”**. Siglo Veintiuno de Argentina Editores, Buenos Aires, 2002.

LUCA, Tânia Regina *de* - História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto, 2005.

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Revista Espaço Plural, nº 27, 2012, pp. 39-53, p. 40.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Revista Estudos Ibérico-Americanos**, Porto alegre, vol. 43, pp. 346-366, maio-ago. 2017.

NETO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. Editora Cortez, 2014.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. (Brasil e América Latina)**. Vol. 03, Civilização Brasileira, 2010.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura militar. **Revista Estudos Avançados**, nº 28, vol. 80, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Jorge Zahar, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. **O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)**. Edusc, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ditadura Civil-militar**. O Globo, Rio de Janeiro, caderno Prosa e Verso, 31 de março de 2012.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. (Brasil e América Latina)**. Vol. 03, Civilização Brasileira, 2010.

Solange de Deus Simões. **Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.